

Ofício Circular 005/2011-DG, de 14/04/2011

**BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS
REGULAMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS
AGRÍCOLAS**

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Das Definições iii

CAPÍTULO II

Do Sistema e das Modalidades de Negócios vii

CAPÍTULO III

Do Cadastramento dos Participantes viii

CAPÍTULO IV

Da Representação dos Participantes ix

CAPÍTULO V

Do Lançamento e Divulgação das Ofertas x

CAPÍTULO VI

Dos Lances..... xi

CAPÍTULO VII

**Do Certificado de Classificação e Condições
do Produto Ofertado xii**

CAPÍTULO VIII

Da Confirmação das Operações..... xiii

CAPÍTULO IX

Dos Custos Operacionais xiv

CAPÍTULO X

Dos Preços e Tributos xv

CAPÍTULO XI

Do Pagamento..... xvi

CAPÍTULO XII

Da Retirada do Produto..... xvii

CAPÍTULO XIII

Das Despesas de Armazenagem xix

CAPÍTULO XIV

**Da Divergência de Quantidade, Qualidade ou da
Falta do Produto..... xx**

CAPÍTULO XV

Do Cancelamento da Operação..... xxi

CAPÍTULO XVI

Das Responsabilidades..... xxii

CAPÍTULO XVII

Das Infrações e Penalidades xxiv

CAPÍTULO XVIII

Da Reabilitação dos Infratores xxvi

CAPÍTULO XIX

Do Juízo Arbitral..... xxvii

CAPÍTULO XX

Das Disposições Gerais..... xxviii

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º – Para os fins deste Regulamento, consideram-se:

1. **Arbitragem** – Meio alternativo ao Judiciário para a solução de controvérsias nos termos estabelecidos no Regulamento do Juízo Arbitral da Bolsa Brasileira de Mercadorias.
2. **Autorização de Corretagem** – Documento-padrão definido pela Bolsa, subscrito pelo cliente nomeando uma Corretora como sua representante nas negociações, nos leilões e nos registros de negócios de balcão.
3. **Bolsa** – Bolsa Brasileira de Mercadorias.
4. **Características Fundamentais da Oferta** – Informações indispensáveis à identificação da oferta que permitem a formação de preços pelo mercado e a viabilização do negócio.
5. **Certificado de Classificação** – Documento emitido por empresa classificadora de mercadorias credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
6. **Cliente, Comitente ou Participante** – Pessoa física ou jurídica responsável pelas ofertas de compra ou de venda de mercadorias por meio das Corretoras Associadas à Bolsa.
7. **Contrato de Intermediação** – Contrato-padrão definido pela Bolsa para a prestação de serviços de intermediação e realização de negócios, pela Corretora, ao cliente, por conta e ordem deste, nos mercados administrados pela Bolsa.
8. **Corretagem ou Taxa Operacional** – Valor devido pelo cliente à Corretora em virtude de realização de operações por esta última por conta e ordem daquele.
9. **Corretora ou Corretora Associada** – Corretora associada à Bolsa, com direito exclusivo de operar em seus leilões, nas negociações e nos registros de negócios de balcão por conta e ordem de seus clientes.
10. **Cotação** – Preço por unidade de negociação de determinado produto estabelecido em negócio realizado no âmbito dos mercados administrados pela Bolsa.
11. **CRO** – Central Regional de Operações da Bolsa.

12. **Custos Operacionais** – Despesas constituídas por corretagem, taxa de registro, emolumentos e por outros custos relativos aos negócios realizados no âmbito dos mercados administrados pela Bolsa.
13. **Dia Útil** – Dia em que há sessão de negócios.
14. **Emolumento** – Taxa de serviços devida pela Corretora associada à Bolsa.
15. **Garantias** – Depósitos em moeda nacional ou em outros ativos, efetuados junto à Bolsa, com a finalidade de garantir a liquidação das operações realizadas.
16. **Interferência** – Ato de intervir em negócio proposto, oferecendo melhor preço para compra ou venda, mantidas as demais características e condições do negócio.
17. **Juízo Arbitral** – Órgão instituído pela Bolsa para dirimir conflitos entre as Corretoras associadas, entre estas e terceiros ou entre terceiros, decorrentes de negócios realizados no âmbito dos mercados administrados pela Bolsa.
18. **Leilão por Cartela** – Leilão com a coordenação de leiloeiro em que as ofertas permitem a divisão do lote entre dois ou mais participantes. Os lances são realizados em quantidades e os valores são alterados pelo leiloeiro.
19. **Leilão Eletrônico viva voz** - Leilão com coordenação de leiloeiro em que não se permite a divisão do lote. Vence o comprador que der o maior lance.
20. **Leilão Especial** – Leilão que, por suas características, requer a adoção de procedimentos especiais de negociação, liquidação, de taxas e emolumentos.
21. **Liquidação Física** – O mesmo que liquidação por entrega.
22. **Liquidação Financeira** – Pagamento da operação através de conta de liquidação da Bolsa.
23. **Local de Entrega/Retirada** – Armazém, silo ou outro local onde se encontra o produto objeto de negociação, para entrega e/ou transferência da propriedade ao comprador.
24. **Mercado Disponível, Mercado a Vista** – Mercado em que se realizam negociações e operações de compra e de venda de mercadorias, serviços ou títulos, para pronta entrega e liquidação.
25. **Mercado a Termo** – Mercado em que se realizam negociações e operações de compra e de venda de mercadorias, serviços ou títulos, para entrega e liquidação futura, nas condições e nos prazos previamente estabelecidos pelas partes.

26. **Negócio Fechado** – Negócio já submetido à consulta e à interferência de melhor preço perante o mercado e aceito para registro pela Bolsa.
27. **Negócio de Contraoferta Registrada** – Negócio fechado pela aceitação de contraoferta em relação àquela previamente registrada e divulgada.
28. **Negócio de Balcão** – Negócio realizado diretamente entre as partes, sem a interferência do mercado.
29. **Negócio Registrado** – Negócio fechado decorrente de negociação ou de registro de balcão.
30. **Nota de Negociação** – Documento fornecido pelo Sistema que comprova o fechamento do negócio, ou o seu registro, com síntese dos dados da operação realizada e dos valores negociados.
31. **Objeto de Negociação** – Mercadoria com a discriminação de suas características e condições essenciais à negociação.
32. **Oferta** – O ato de apregoar ou registrar a disposição de comprar ou vender mercadorias por intermédio do Sistema.
33. **Oferta de compra** – Proposta de compra de produto, cuja formação do preço se dará através de ofertas com valores decrescentes.
34. **Oferta de venda** – Proposta de venda de produto, cuja formação do preço se dará através de ofertas com valores crescentes.
35. **Ofertante** – Cliente que faz uma oferta de compra ou de venda.
36. **Operação a Termo** – Operação em que a data da entrega e do correspondente pagamento é diferida em relação à data da contratação.
37. **Operação a Vista** – Operação praticada no mercado disponível em que a entrega do produto ou serviço pode ocorrer em até 30 dias após a data do fechamento da negociação e o pagamento é realizado antecipadamente à entrega do produto.
38. **Ordem** – Solicitação de compra ou de venda feita pelo cliente para execução por Corretora, nas condições estabelecidas pela oferta.
39. **Pagamento, Cobertura Financeira** – Liquidação de contrato nos mercados a termo, disponível ou físico, por meio de depósito do comprador em favor da Bolsa.
40. **Preço a Vista** – Preço praticado, em pregão, no mercado disponível ou físico.
41. **Preço de Abertura, Preço de Referência, Preço Base de Aceitação** – É o valor definido pelo cliente que está realizando a oferta do lote do produto para negociação. Nas ofertas de venda, é o menor preço aceito, e nas ofertas de compra, é o maior preço aceito.

42. **Regras Específicas de Comercialização por Produto** – Normas definidas especificamente para a comercialização de determinados produtos, conforme disposto nos Anexos deste Regulamento.
43. **Registro de Negócios de Balcão com Liquidação Financeira** – Ato pelo qual uma ou mais Corretoras registram uma operação no Sistema com previsão de pagamento por intermédio da Bolsa.
44. **Regulamento** – O presente Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas.
45. **Sistema(s)** – Sistema(s) Eletrônico(s), operado(s) por meio da internet, capacitado(s) a realizar operações de compra e venda de produtos agrícolas no âmbito dos mercados administrados pela Bolsa.
46. **Sistema de Negociação “Dinâmico”** – Modalidade de leilão configurado para encerrar em qualquer momento em que for registrado um lance que atenda às condições definida pelo ofertante.
47. **Sistema de Negociação por “Prazo Determinado”** – Modalidade de leilão configurado para encerrar no tempo estabelecido pelo ofertante. Se for registrado um lance nos últimos 30 segundos antes do fechamento, o Sistema prorroga o certame por mais 30 (trinta) segundos, e assim sucessivamente, permitido novos lances de outros competidores.
48. **Taxa de Liquidação** – Taxa estabelecida pela Bolsa, incidente sobre o valor de liquidação de contratos.
49. **Taxa de Registro** – Taxa estabelecida pela Bolsa, incidente sobre o valor das operações realizadas no mercado físico ou disponível.
50. **Termo de aceite** – Documento-padrão definido pela Bolsa, assinado pelo cliente, atestando a conformidade do produto negociado, quanto a qualidade, quantidade e demais especificações do produto ou serviço negociado.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA E DAS MODALIDADES DE NEGÓCIOS

Art. 2º – Os negócios com Produtos Agrícolas são operados por meio Sistemas Eletrônicos capacitados a realizar negociações para compra e venda de produtos a vista e a termo, no mercado físico, bem como registrar negócios de balcão, realizados diretamente entre as partes, sem interferência do mercado, na forma deste Regulamento, seus Anexos específicos e do Regulamento de Registro de Negócios de Balcão da Bolsa.

Art. 3º – As negociações de compra e de venda podem ser realizadas através dos leilões nas modalidades “Viva Voz”, “Cartela”, “Dinâmico” e “Por Prazo Determinado”.

Art. 4º – Será permitido, no âmbito deste Regulamento, somente o registro de negócios de balcão com liquidação financeira por intermédio da Bolsa.

Parágrafo Único – Os registros de negócios de balcão de produtos agrícolas com previsão de liquidação financeira da operação diretamente entre as partes observarão unicamente o Regulamento de Balcão da Bolsa, não se aplicando as regras previstas neste Regulamento.

Art. 5º – As modalidades de negociações, bem como as características fundamentais das ofertas de cada produto agrícola passível de negociação no âmbito deste Regulamento, denominadas “Regras Especiais de Comercialização Por Produto”, estão contidas nos Anexos específicos que fazem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

CAPÍTULO III

DO CADASTRAMENTO DE PARTICIPANTES

Art. 6º – Os clientes devem ser cadastrados e credenciados por intermédio de uma Corretora.

Art. 7º – Para se credenciar, o interessado deverá apresentar o Termo de Autorização de Corretagem ou o Contrato de Intermediação, conforme modelos-padrão definidos pela Bolsa, devidamente assinados e com firma reconhecida em cartório.

Art. 8º – A Autorização de Corretagem e/ou o Contrato de Intermediação poderão conferir poderes de representação à Corretora para um ou mais negócios num determinado período.

Art. 9º – Somente poderão participar de negociações clientes regularmente cadastrados e credenciados nos termos do que dispõe este Regulamento, demais normativos da Bolsa e que não constem no rol de inadimplentes da Bolsa.

CAPÍTULO IV

DA REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Art. 10 – Os clientes compradores e vendedores deverão ser representados por Corretoras que possuem acesso aos Sistemas mediante chaves e senhas pessoais e intransferíveis.

Art. 11 – A Corretora, por conta e ordem do seu cliente, registrará no Sistema escolhido as características fundamentais do produto, a data, os horários de início e término da negociação, respeitando os parâmetros estabelecidos pela Bolsa.

CAPÍTULO V

DO LANÇAMENTO E DIVULGAÇÃO DE OFERTAS

Art. 12 – As ofertas, de compra ou de venda, devem ser registradas no Sistema, observando-se as condições mínimas definidas em conformidade com o produto a ser negociado nos termos do que dispõem os Anexos específicos.

Art. 13 – As negociações poderão ser realizadas nos dias úteis, das 8h às 18h, horário de Brasília.

Parágrafo Único – Os Anexos definirão as datas e os horários específicos das negociações para cada tipo de produto.

Art. 14 – A oferta somente poderá ser retirada ou cancelada pela Corretora responsável no prazo permitido, nos termos do que dispõem os Anexos específicos, antes do início da realização da negociação.

Art. 15 – O cliente poderá divulgar condições da oferta por intermédio de edital.

CAPÍTULO VI DOS LANCES

Art. 16 – Cada participante, em um mesmo lote, poderá ser representado somente por uma Corretora.

Art. 17 – Os lotes ofertados deverão ter, no mínimo, 10 (dez) minutos de exposição no Sistema.

Parágrafo Primeiro – Não havendo registro de lances, o lote será automaticamente encerrado no tempo programado.

Parágrafo Segundo – A Corretora poderá ofertar novamente o lote mediante solicitação do cliente após o encerramento de todos os lotes em pregão desde que não ultrapasse o tempo previsto para o funcionamento do Sistema.

CAPÍTULO VII
DO CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DO
PRODUTO

Art. 18 – As ofertas de produtos deverão conter os respectivos certificados de classificação expedidos por empresas classificadoras.

Parágrafo Único – Os Anexos definirão regras específicas relativas aos certificados de classificação.

CAPÍTULO VIII

CONFIRMAÇÃO DAS OPERAÇÕES

Art. 19 – Ao término de cada negócio, o Sistema confirmará a operação por meio de um relatório de fechamento, denominado “Nota de Negociação”, contendo dados e valor do negócio realizado.

Art. 20 – Por solicitação do participante interessado, a Bolsa poderá emitir um “Comprovante de Operação” para apresentação a instituições financeiras para efeito de obtenção de financiamento do negócio.

Art. 21 – O ofertante pode exigir, no lançamento da oferta, que o comprador, tão logo seja emitida a Nota de Negociação, firme um contrato de venda e compra, com previsão que, em caso de controvérsia, esta será resolvida pelo Juízo Arbitral da Bolsa.

CAPÍTULO IX

DOS CUSTOS OPERACIONAIS

Art. 22 – Os custos operacionais serão definidos pela Bolsa por meio de comunicado ao mercado.

CAPÍTULO X DOS PREÇOS E TRIBUTOS

Art. 23 – O preço de abertura nas ofertas de venda do produto e o preço máximo de aceitação para as ofertas de compra serão definidos pelos clientes sem ICMS e deverão ser divulgados com antecedência mínima, conforme definido nos Anexos específicos.

Parágrafo Primeiro – Sobre o preço de fechamento, poderá haver a incidência do ICMS e/ou outros tributos de responsabilidade do comprador, pautando-se na legislação tributária vigente da Unidade da Federação depositária do produto.

Parágrafo Segundo – Quando o fisco estadual do local de depósito exigir emissão de nota fiscal com destaque de ICMS pelo preço de pauta e este for superior ao de venda, a diferença do valor do ICMS correrá por conta do comprador.

Art. 24 – Caberá à Corretora do arrematante a responsabilidade pela informação da correta alíquota de ICMS em conformidade com a origem do produto e o domicílio do comprador.

Art. 25 – A oferta deverá definir a responsabilidade do pagamento dos tributos incidentes sobre a operação realizada.

Art. 26 – Os Anexos definirão condições e procedimentos específicos para divulgação e formação dos preços conforme a natureza do produto negociado.

CAPÍTULO XI DO PAGAMENTO

Art. 27 – Os pagamentos das operações de leilão ou de registros de balcão deverão ser realizados por meio de TED em favor da Bolsa com base na Nota de Negociação obedecido o prazo e as condições ali estipuladas.

Parágrafo Único – Caso a data para o pagamento coincida com sábado, domingo ou feriado, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 28 – Excepcionalmente, a Bolsa poderá aceitar ofertas com previsão de caução de garantia ou de princípio de pagamento, hipótese em que somente ocorrerá a liberação do produto ao comprador, após a confirmação do recebimento do pagamento integral da operação.

Art. 29 – Os Anexos específicos definirão os prazos e condições de pagamento para cada produto negociado.

CAPÍTULO XII

DA RETIRADA DO PRODUTO

Art. 30 – O produto deverá ser entregue no estado em que se encontra, em conformidade com as especificações definidas na oferta.

Art. 31 – A liberação do produto ocorrerá após o efetivo crédito do pagamento na conta da Bolsa e a sua retirada poderá ocorrer após comunicação da Bolsa ao vendedor, informando-o sobre a disponibilidade do crédito.

Parágrafo Único – É de única e exclusiva responsabilidade do vendedor a entrega do produto antes da comunicação da Bolsa de que trata o Artigo 31 (anterior).

Art. 32 – Após a retirada do produto do armazém ou sua transferência de propriedade no armazém e/ou a assinatura do Termo de Aceite, presumir-se-á como aceitação de sua quantidade, qualidade e demais especificações pelo comprador que não poderá alegar divergência em relação à Nota de Negociação.

Art. 33 – A transferência de propriedade do produto ao comprador se dará por meio de nota fiscal de venda, após a comunicação de que trata o Artigo 31.

Art. 34 – A Bolsa repassará o valor depositado ao vendedor após o recebimento do termo de aceite assinado pelo comprador ou ainda por decurso de prazo, nos termos dos Anexos específicos, nos casos em que o comprador não manifestar eventual divergência do produto no prazo definido.

Art. 35 – A Bolsa não se responsabilizará, em hipótese alguma, pela utilização indevida da nota fiscal referente à movimentação do produto, nem pela eventual aplicação de multas ou retenção do produto em postos de fiscalização.

Art. 36 – Após a retirada e/ou transferência de propriedade do produto, quaisquer despesas a ele relativas serão de exclusiva responsabilidade do comprador.

Art. 37 – As Corretoras deverão informar, detalhadamente, à Bolsa as devoluções de pagamento ou recebimentos de pagamentos finais ou residuais, em decorrência de acertos ou acréscimos quantitativos e/ou qualitativos dos produtos negociados, cujos valores não estejam previstos nas Notas de Negociação, para que os valores possam ser repassados, em até 5(cinco) dias úteis a quem de direito.

Art. 38 – Para a transferência de valores ao vendedor, os Anexos específicos poderão exigir procedimentos e prazos específicos para entrega e retirada do produto negociado, conforme a sua natureza.

CAPÍTULO XIII

DESPESAS DE ARMAZENAGEM

Art. 39 – Na ausência de definições sobre os custos de armazenagem na oferta, correrão por conta do vendedor as despesas de armazenagem verificadas na quinzena correspondente à data do pagamento ou da emissão da nota fiscal, prevalecendo a que ocorrer por último.

Parágrafo Único – Após a quinzena de que trata o Artigo 39 as despesas de armazenagem correrão por conta do comprador.

CAPÍTULO XIV
DAS DIVERGÊNCIAS DE QUANTIDADE, QUALIDADE OU DA
FALTA DO PRODUTO

Art. 40 – Os Anexos específicos definirão as condições e os procedimentos que devem ser observados nas hipóteses de divergência de qualidade, de quantidade ou falta do produto.

CAPÍTULO XV

DO CANCELAMENTO DA OPERAÇÃO

Art. 41 – Serão canceladas as operações que não atenderem às condições estabelecidas neste Regulamento, seus Anexos, bem como na oferta lançada no Sistema.

CAPÍTULO XVI

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 42 – Em nenhuma hipótese, a Bolsa será responsável pelo cumprimento das obrigações, principais ou acessórias, que incumbam às partes ou às Corretoras que as representam.

Art. 43 – As Corretoras são responsáveis perante seus respectivos clientes pela exatidão e regularidade das ofertas e lances registrados no Sistema, sendo vedado a estes eximirem-se de obrigações decorrentes dos registros e informações lançadas.

Art. 44 – Em caso de inadimplência de qualquer participante, no pagamento ou na entrega do produto fora das condições previstas, a operação poderá ser cancelada, não cabendo ao cliente reivindicar nenhuma reparação, a qualquer título, perante a Bolsa.

Art. 45 – São Responsabilidades do comprador:

- a. Respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos neste Regulamento, nos Anexos específicos e demais normativos da Bolsa.
- b. Respeitar os padrões de ética e conduta adotados pelo mercado.
- c. Tomar conhecimento das informações e cumprir integralmente as disposições constantes nos avisos de ofertas e detalhes das negociações, das quais venha a participar.
- d. Comprovar a sua regularidade fiscal, por meio de apresentação de documentação, quando exigido pela Bolsa.
- e. Observar a legislação tributária vigente informando, à sua corretora, a alíquota de ICMS incidente sobre a operação, conforme o seu domicílio e a origem do produto negociado.
- f. Realizar os pagamentos dos produtos arrematados e demais encargos pontualmente por meio de depósito na conta corrente da Bolsa.
- g. Emitir e enviar ao vendedor a nota fiscal de entrada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da mercadoria.
- h. Efetuar o pagamento da comissão e demais custos operacionais, no percentual definido pela Bolsa, sobre o valor do negócio realizado.

Art. 46 – São Responsabilidades do vendedor:

- a. Respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos neste Regulamento, nos Anexos específicos e demais normativos da Bolsa.
- b. Respeitar os padrões de ética e conduta adotados pelo mercado.
- c. Respeitar fielmente as condições de qualidade, quantidade e demais especificações quando da efetiva entrega do produto negociado ao comprador.
- d. Realizar pontualmente a entrega e/ou a transmissão de propriedade do produto ao comprador, imediatamente após a informação do pagamento, pela Bolsa, nas condições previstas nas ofertas de venda.
- e. Tomar conhecimento das informações e cumprir integralmente as disposições constantes nos avisos de ofertas e detalhes das negociações, das quais venha a participar.
- f. Comprovar a sua regularidade fiscal, por meio da apresentação da documentação, quando exigido pela Bolsa.
- g. Observar a legislação tributária vigente informando a alíquota de ICMS incidente sobre a operação, conforme o seu domicílio.

CAPÍTULO XVII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 47 – Será considerado infração, passível de punição, o desrespeito, pelo comprador, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas.

- a. Não efetuar o pagamento tempestivo do produto adquirido, por meio de depósito via TED, na conta corrente da Bolsa.
- b. Não fornecer ao vendedor a nota fiscal de entrada da mercadoria, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a retirada ou o recebimento do produto.
- c. Não arcar com as despesas de classificação do produto decorrentes de divergências em que for o responsável.

Art. 48 – Será considerada infração, passível de punição, o desrespeito, pelo vendedor, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas.

- a. Após a venda, colocar à disposição do comprador produto em condições diversas àquelas ofertadas no Sistema.
- b. Após a venda e a confirmação do pagamento pela Bolsa, não disponibilizar imediatamente o produto, por qualquer motivo, ao comprador.
- c. Não arcar com as despesas de classificação do produto decorrentes de divergências em que for o responsável.

Art. 49 – Comprador e vendedor declaram estar cientes e concordam que:

- a. Em caso de inobservância das obrigações assumidas nos termos do que dispõem o presente Regulamento, seus respectivos Anexos, bem como os demais normativos da Bolsa aplicáveis, estarão sujeitos ao pagamento de multa de 10% sobre o valor da operação e, ainda, se responsabilizarão por ônus ou despesas a que o seu inadimplemento der causa, bem como por todos os valores necessários para dar cumprimento às obrigações que lhe competirem, sem prejuízo das demais medidas judiciais e/ou extrajudiciais cabíveis.

- b. Caso deixem de cumprir as obrigações decorrentes de suas operações, seja pela falta de pagamento, seja pela falta de entrega do produto nas condições previstas nas ofertas, no prazo previsto, serão considerados inadimplentes, tendo seu nome incluído no rol de inadimplentes da Bolsa, sujeitando-se à multa de 10% sobre o valor total da operação.

Art. 50 – Será considerada infração passível de punição, o desrespeito, pela Corretora, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática, de qualquer uma das condutas abaixo descritas.

- a. Participar de negociação sem estar devidamente constituída pelo cliente.
- b. Retardar ou não encaminhar à Bolsa, em tempo hábil, o termo de aceite do comprador ou qualquer outro documento exigido pela Bolsa.
- c. Divulgar no Sistema oferta de venda ou de compra em desacordo com o estabelecido por seu cliente.

Art. 51 – O inadimplente terá 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação da cobrança para realizar o pagamento da multa de que trata o Artigo 49.

Parágrafo Único – Findo o prazo de que trata o caput deste Artigo, sem pagamento, o valor devido será corrigido pela variação integral do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, sem capitalização.

CAPÍTULO XVIII

DA REABILITAÇÃO DOS INFRATORES

Art. 52 – A reabilitação do infrator ocorrerá após cumprimento de todas as obrigações que lhe competirem nos termos que dispõem o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento da multa.

Parágrafo Único – O infrator será reabilitado até o 3º dia útil após o cumprimento integral das obrigações de que trata o caput deste artigo. No caso de pagamentos, o inadimplente deverá encaminhar à Bolsa cópia do recibo de depósito bancário e identificação do número da Oferta e da respectiva Nota de Negociação.

CAPÍTULO XIX

DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 53 – O Juízo Arbitral da Bolsa será competente para dirimir quaisquer controvérsias direta ou indiretamente relacionadas às operações realizadas nos termos do presente Regulamento.

Parágrafo Único – As Autorizações de Corretagem e/ou os Contratos de Intermediação assinados para a formalização das operações de que trata o presente Regulamento, deverão conter cláusula compromissória prevendo a adoção da arbitragem na hipótese de conflitos.

CAPÍTULO XX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54 – A Bolsa, na qualidade de entidade autorreguladora, poderá, a qualquer tempo, alterar as regras aplicáveis aos mercados por ela administrados.

Art. 55 – A participação da Bolsa restringe-se apenas no apoio técnico e operacional, não tendo, portanto, nenhuma responsabilidade perante os participantes em relação a garantias de pagamento ou de entrega do produto.

Art. 56 – A Bolsa poderá realizar convênios com o objetivo de fomentar negócios.

Parágrafo Único – Os convênios de que trata o caput deste Artigo deverão respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos no presente Regulamento, nos Anexos e demais normativos da Bolsa.

Art. 57 – A Bolsa poderá acompanhar toda e qualquer fase da operação.

Art. 58 – Os casos omissos serão esclarecidos e/ou definidos pelo Diretor Geral da Bolsa.

Anexo I ao Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas

REGRAS ESPECIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM AGRÍCOLA NA BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS

Este Anexo I define as condições para a comercialização de grãos por meio dos Sistemas Eletrônicos de Comercialização de Produtos da Bolsa Brasileira de Mercadorias nos termos do que dispõe o Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícola.

Este Anexo não se aplica para operações com Feijão, Carne Bovina e Arroz.

ÍNDICE

CAPÍTULO I

**Dos Sistemas e das Modalidades de Negócios nas Operações
com Produtos Agrícolas iii**

CAPÍTULO II

Do Cadastramento dos Participantes iv

CAPÍTULO III

Da Representação dos Participantes v

CAPÍTULO IV

Do Lançamento e Divulgação das Ofertas vi

CAPÍTULO V

Dos Lances..... vii

CAPÍTULO VI

Do Certificado de Classificação e Condições do Produto Ofertado viii

CAPÍTULO VII

Da Confirmação das Operações..... ix

CAPÍTULO VIII

Dos Custos Operacionais x

CAPÍTULO IX

Dos Preços e Tributos xi

CAPÍTULO X

Do Pagamento xii

CAPÍTULO XI

Da Retirada do Produto..... xiii

CAPÍTULO XII

Das Despesas de Armazenagem xiv

CAPÍTULO XIII

Da Divergência de quantidade, qualidade ou da Falta do Produto..... xv

CAPÍTULO XIV

Do Cancelamento da Operação..... xvii

CAPÍTULO XV

Das Responsabilidades xviii

CAPÍTULO XVI

Das Infrações e Penalidades xix

CAPÍTULO XVII

Da Reabilitação dos Infratores xxi

CAPÍTULO XVIII

Do Juízo Arbitral..... xxii

CAPÍTULO XIX

Das Disposições Gerais..... xxiii

CAPÍTULO I
DOS SISTEMAS E DAS MODALIDADES DE NEGÓCIOS NAS
OPERAÇÕES COM PRODUTOS AGRÍCOLAS

Art. 1º – As negociações de compra e de venda podem ser realizadas através dos leilões “Viva Voz”, “Cartela”, “Dinâmico” e “Por Prazo Determinado”.

Art 2º – Aplicam-se a este Regulamento somente os leilões e os registros de negócios de balcão com liquidação financeira por intermédio da Bolsa.

Art. 3º – Os negócios podem ser realizados em qualquer dia útil, das 9h às 17h, horário de Brasília.

CAPÍTULO II

DO CADASTRAMENTO DOS PARTICIPANTES

Art. 4º – O Cadastramento e o Credenciamento dos Participantes serão realizados conforme disposto no Capítulo III do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícola:

CAPÍTULO III

DO CADASTRAMENTO DE PARTICIPANTES

Art. 6º – *Os clientes devem ser cadastrados e credenciados por intermédio de uma Corretora.*

Art. 7º – *Para se credenciar, o interessado deverá apresentar o Termo de Autorização de Corretagem ou o Contrato de Intermediação, conforme modelos-padrão definidos pela Bolsa, devidamente assinados e com firma reconhecida em cartório.*

Art. 8º – *A Autorização de Corretagem e/ou o Contrato de Intermediação poderão conferir poderes de representação à Corretora para um ou mais negócios num determinado período.*

Art. 9º – *Somente poderão participar de negociações clientes regularmente cadastrados e credenciados nos termos do que dispõe este Regulamento, demais normativos da Bolsa e que não constem no rol de inadimplentes da Bolsa.*

CAPÍTULO III

DA REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Art. 5º – Os participantes se farão representar conforme disposto no Capítulo IV do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO IV

DA REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Art. 10 – *Os clientes compradores e vendedores deverão ser representados por Corretoras que possuem acesso aos Sistemas mediante chaves e senhas pessoais e intransferíveis.*

Art. 11 – *A Corretora, por conta e ordem do seu cliente, registrará no Sistema escolhido as características fundamentais do produto, a data, os horários de início e término da negociação, respeitando os parâmetros estabelecidos pela Bolsa.*

CAPÍTULO IV

DO LANÇAMENTO E DIVULGAÇÃO DAS OFERTAS

Art. 6º – As ofertas deverão ser lançadas no Sistema até as 17h, horário de Brasília, do dia anterior ao da realização da negociação.

Parágrafo Único – Os produtos serão oferecidos conforme ordem de registro no Sistema, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a. O horário de abertura e de fechamento da negociação.
- b. Quantidade.
- c. A origem e o endereço completo do local de guarda ou depósito do produto ofertado.
- d. Os custos e demais condições de entrega e embarque do produto.
- e. Se o tributo INSS (ex-Funrural) será pago pelo vendedor.
- f. A forma de acondicionamento (granel, ensacado e outros).
- g. A safra (quando aplicável).
- h. A classificação, informando, o percentual de impurezas, insetos, umidade e a variedade, quando se tratar de grãos.
- i. Outras especificações pertinentes ao produto ofertado.

Art. 7º – No caso de grãos, somente serão aceitas ofertas de lotes com certificado de classificação emitido por empresa classificadora credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 8º – Para ser levado à negociação, o produto deverá estar depositado em cooperativa, armazém geral ou cerealista, devidamente constituídos ou no domicílio do ofertante, quando se tratar de produtor rural, cooperativa e cerealista.

Art. 9º – Os valores dos lances serão definidos conforme disposto na oferta.

Art. 10 – Os preços de abertura deverão ser informados pela Corretora do ofertante até, no máximo, as 17h, horário de Brasília, do dia útil anterior ao do início da sessão de negociação, sob pena de cancelamento da oferta.

CAPÍTULO V DOS LANCES

Art. 11 – Os Lances serão realizados conforme disposto no Capítulo VI do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO VI DOS LANCES

Art. 16 – *Cada participante, em um mesmo lote, poderá ser representado somente por uma Corretora.*

Art. 17 – *Os lotes ofertados deverão ter, no mínimo, 10 (dez) minutos de exposição no Sistema.*

Parágrafo Primeiro – *Não havendo registro de lances, o lote será automaticamente encerrado no tempo programado.*

Parágrafo Segundo – *A Corretora poderá ofertar novamente o lote mediante solicitação do cliente após o encerramento de todos os lotes em pregão desde que não ultrapasse o tempo previsto para o funcionamento do Sistema.*

CAPÍTULO VI
DO CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DO
PRODUTO OFERTADO

Art. 12 – Por solicitação do vendedor, a empresa classificadora coletará as amostras nos armazéns, nos depósitos ou no local em que o produto estiver armazenado e ficará responsável pela guarda da contraprova de cada amostra coletada.

Parágrafo Único – O custo de classificação será do vendedor da mercadoria.

CAPÍTULO VII DA CONFIRMAÇÃO DA OPERAÇÃO

Art. 13 – A confirmação da operação ocorrerá conforme disposto no Capítulo VIII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO VIII CONFIRMAÇÃO DAS OPERAÇÕES

Art. 19 – *Ao término de cada negócio, o Sistema confirmará a operação por meio de um relatório de fechamento, denominado “Nota de Negociação”, contendo dados e valor do negócio realizado.*

Art. 20 – *Por solicitação do participante interessado, a Bolsa poderá emitir um “Comprovante de Operação” para apresentação a instituições financeiras para efeito de obtenção de financiamento do negócio.*

Art. 21 – *O ofertante pode exigir, no lançamento da oferta, que o comprador, tão logo seja emitida a Nota de Negociação, firme um contrato de venda e compra, com previsão que, em caso de controvérsia, esta será resolvida pelo Juízo Arbitral da Bolsa.*

CAPÍTULO VIII

DOS CUSTOS OPERACIONAIS

Art. 14 – Os custos operacionais serão definidos pela Bolsa por meio de comunicado ao mercado.

CAPÍTULO IX DOS PREÇOS E DOS TRIBUTOS

Art. 15 – O preço de abertura nas ofertas de venda do produto e o preço máximo de aceitação para as ofertas de compra serão definidos pelos ofertantes, sem ICMS.

Parágrafo Único – A oferta estará sujeita ao cancelamento caso não ocorra a divulgação do preço de abertura no prazo previsto no caput deste artigo.

Art. 16 – As demais condições relativas aos preços e tributos estão definidas conforme disposto no Capítulo X do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO X DOS PREÇOS E TRIBUTOS

Art. 23 – *O preço de abertura nas ofertas de venda do produto e o preço máximo de aceitação para as ofertas de compra serão definidos pelos clientes sem ICMS e deverão ser divulgados com antecedência mínima, conforme definido nos Anexos específicos.*

Parágrafo Primeiro – *Sobre o preço de fechamento, poderá haver a incidência do ICMS e/ou outros tributos de responsabilidade do comprador, pautando-se na legislação tributária vigente da Unidade da Federação depositária do produto.*

Parágrafo Segundo – *Quando o fisco estadual do local de depósito exigir emissão de nota fiscal com destaque de ICMS pelo preço de pauta e este for superior ao de venda, a diferença do valor do ICMS correrá por conta do comprador.*

Art. 24 – *Caberá à Corretora do arrematante a responsabilidade pela informação da correta alíquota de ICMS em conformidade com a origem do produto e o domicílio do comprador.*

Art. 25 – *A oferta deverá definir a responsabilidade do pagamento dos tributos incidentes sobre a operação realizada.*

Art. 26 – *Os Anexos definirão condições e procedimentos específicos para divulgação e formação dos preços conforme a natureza do produto negociado.*

CAPÍTULO X DO PAGAMENTO

Art. 17 – O pagamento será realizado na data definida na oferta.

Parágrafo Único – As demais condições relativas ao pagamento estão definidas conforme disposto no Capítulo XI do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XI DO PAGAMENTO

Art. 27 – *Os pagamentos das operações de leilão ou de registros de balcão deverão ser realizados por meio de TED em favor da Bolsa com base na Nota de Negociação obedecido o prazo e as condições ali estipuladas.*

Parágrafo Único – *Caso a data para o pagamento coincida com sábado, domingo ou feriado, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.*

Art. 28 – *Excepcionalmente, a Bolsa poderá aceitar ofertas com previsão de caução de garantia ou de princípio de pagamento, hipótese em que somente ocorrerá a liberação do produto ao comprador, após a confirmação do recebimento do pagamento integral da operação.*

Art. 29 – *Os Anexos específicos definirão os prazos e condições de pagamento para cada produto negociado.*

CAPÍTULO XI DA RETIRADA DO PRODUTO

Art. 18 – O Comprador deverá realizar a conferência da qualidade, quantidade e demais especificações constantes na oferta até 4 (quatro) dias úteis após o pagamento e a disponibilidade do crédito na conta da Bolsa e, caso esteja de acordo, dar o aceite da mercadoria, comunicando à sua Corretora e apresentando o formulário “Termo de Aceite”, devidamente assinado, conforme modelo-padrão definido pela Bolsa.

Art. 19 – A Corretora deverá apresentar a Bolsa o “Termo de Aceite”, devidamente assinado pelo comprador da mercadoria, atestando a conformidade do produto nas condições da oferta no mesmo prazo de que trata o Artigo 18.

Art. 20 – Após o aceite do comprador, o Sistema gerará um relatório que permitirá à Bolsa fazer o repasse do pagamento ao vendedor e a operação estará concluída.

Art. 21 – Caso o comprador não se manifeste em relação a eventual divergência ou falta do produto, decorrido o prazo de que trata o Artigo 18, o produto vendido será considerado como aceite e o pagamento será repassado ao vendedor, independentemente da apresentação do Termo de Aceite do comprador.

Art. 22 – Para receber o pagamento, o vendedor deverá emitir uma nota fiscal de venda para transferência do produto dentro do armazém, em favor do comprador, e entregar cópia à Bolsa.

Art. 23 – A Bolsa não se responsabiliza em relação à eventual reclamação de divergência relativa a quantidade, qualidade ou qualquer outra especificação do produto que for feita pelo comprador após o prazo de que trata o Artigo 18.

Veja o CAPÍTULO XII (Retirada do produto) do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas - Art. 30 e seguintes

CAPÍTULO XII DAS DESPESAS DE ARMAZENAGEM

Art. 24 – As despesas de armazenagem obedecerão ao disposto no Capítulo XIII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XIII DESPESAS DE ARMAZENAGEM

Art. 39 – *Na ausência de definições sobre os custos de armazenagem na oferta, correrão por conta do vendedor as despesas de armazenagem verificadas na quinzena correspondente à data do pagamento ou da emissão da nota fiscal, prevalecendo a que ocorrer por último.*

Parágrafo Único – *Após a quinzena de que trata o Artigo 39 as despesas de armazenagem correrão por conta do comprador.*

CAPÍTULO XIII

DA DIVERGÊNCIA DE QUANTIDADE, QUALIDADE OU DA FALTA DO PRODUTO

Art. 25 – Se, na entrega do produto, for constatada qualquer divergência de quantidade, qualidade ou de outras especificações contidas na oferta, antes da retirada do armazém, é facultado ao comprador não dar o aceite e, neste caso, deverá, em até 4 (quatro) dias úteis após o pagamento, informar a Bolsa, para que esta proceda a retenção do repasse do pagamento ao vendedor.

Art. 26 – A reclamação de divergência de qualidade, quantidade ou de qualquer outra especificação do produto deverá ser feita na Central Regional de Operações da Bolsa, a qual a Corretora representante do cliente estiver vinculada podendo o comprador promover a solicitação de classificação e nova análise do produto, por meio de empresa classificadora com as despesas inerentes correndo as suas expensas.

Parágrafo Primeiro – Por ocasião da coleta de amostra para nova classificação, o comprador deverá exigir a presença do vendedor e do armazenador para aferir todas as etapas do processo e autenticar as amostras coletadas.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de ser constatada a divergência, o vendedor deverá ressarcir ao comprador todas as despesas de reclassificação.

Art. 27 – Caso o novo Certificado de Classificação/Análise caracterize a divergência de qualidade do produto em relação àquela consignada na oferta a operação poderá ser cancelada e a Bolsa procederá à devolução do pagamento ao comprador, sem quaisquer acréscimos.

Art. 28 – A Bolsa não acatará quaisquer reclamações a respeito da qualidade, quantidade ou qualquer outra especificação do produto após 4 (quatro) dias úteis do pagamento total, devendo o comprador acertar com o vendedor as diferenças eventualmente existentes.

Art. 29 – Na hipótese de divergência sobre a qualidade, quantidade ou qualquer outra especificação do produto, a Bolsa poderá acatar renegociação ou acerto entre as partes, aplicando, se for o caso, ágio ou deságio, conforme definição livremente pactuada entre as partes.

Art. 30 – Na hipótese de falta, devidamente comprovada, ou constatação de divergência do produto, será devolvido ao comprador, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, o valor correspondente à quantidade faltante ou relativo ao decréscimo do preço em virtude da divergência.

CAPÍTULO XIV
DO CANCELAMENTO DA OPERAÇÃO

Art. 31 – Serão canceladas as operações que não atenderem às condições estabelecidas no Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas, neste Anexo e na oferta.

CAPÍTULO XV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 32 – As Responsabilidades serão observadas e cumpridas nos termos do que dispõe o Capítulo XVI do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XVI DAS RESPONSABILIDADES

Art. 42 – *Em nenhuma hipótese, a Bolsa será responsável pelo cumprimento das obrigações, principais ou acessórias, que incumbam às partes ou às Corretoras que as representam.*

Art. 43 – *As Corretoras são responsáveis perante seus respectivos clientes pela exatidão e regularidade das ofertas e lances registrados no Sistema, sendo vedado a estes eximirem-se de obrigações decorrentes dos registros e informações lançadas.*

Art. 44 – *Em caso de inadimplência de qualquer participante, no pagamento ou na entrega do produto fora das condições previstas, a operação poderá ser cancelada, não cabendo ao cliente reivindicar nenhuma reparação, a qualquer título, perante a Bolsa.*

Art. 45 – *São Responsabilidades do comprador:*

- a. Respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos neste Regulamento, nos Anexos específicos e demais normativos da Bolsa.*
- b. Respeitar os padrões de ética e conduta adotados pelo mercado.*
- c. Tomar conhecimento das informações e cumprir integralmente as disposições constantes nos avisos de ofertas e detalhes das negociações, das quais venha a participar.*
- d. Comprovar a sua regularidade fiscal, por meio de apresentação de documentação, quando exigido pela Bolsa.*
- e. Observar a legislação tributária vigente informando, à sua corretora, a alíquota de ICMS incidente sobre a operação, conforme o seu domicílio e a origem do produto negociado.*
- f. Realizar os pagamentos dos produtos arrematados e demais encargos pontualmente por meio de depósito na conta corrente da Bolsa.*
- g. Emitir e enviar ao vendedor a nota fiscal de entrada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da mercadoria.*
- h. Efetuar o pagamento da comissão e demais custos operacionais, no percentual definido pela Bolsa, sobre o valor do negócio realizado.*

Art. 46 – *São Responsabilidades do vendedor:*

Respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos neste Regulamento, nos Anexos específicos e demais normativos da Bolsa.

- a. Respeitar os padrões de ética e conduta adotados pelo mercado.*
- b. Respeitar fielmente as condições de qualidade, quantidade e demais especificações quando da efetiva entrega do produto negociado ao comprador.*
- c. Realizar pontualmente a entrega e/ou a transmissão de propriedade do produto ao comprador, imediatamente após a informação do pagamento, pela Bolsa, nas condições previstas nas ofertas de venda.*
- d. Tomar conhecimento das informações e cumprir integralmente as disposições constantes nos avisos de ofertas e detalhes das negociações, das quais venha a participar.*
- e. Comprovar a sua regularidade fiscal, por meio da apresentação da documentação, quando exigido pela Bolsa.*
- f. Observar a legislação tributária vigente informando a alíquota de ICMS incidente sobre a operação, conforme o seu domicílio.*

CAPÍTULO XVI

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 33 – As infrações e penalidades serão tratadas nos termos do que dispõe o Capítulo XVII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas.

CAPÍTULO XVII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 47 – *Será considerado infração, passível de punição, o desrespeito, pelo comprador, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas.*

- a. Não efetuar o pagamento tempestivo do produto adquirido, por meio de depósito via TED, na conta corrente da Bolsa.*
- b. Não fornecer ao vendedor a nota fiscal de entrada da mercadoria, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a retirada ou o recebimento do produto.*
- c. Não arcar com as despesas de classificação do produto decorrentes de divergências em que for o responsável.*

Art. 48 – *Será considerada infração, passível de punição, o desrespeito, pelo vendedor, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas.*

- a. Após a venda, colocar à disposição do comprador produto em condições diversas àquelas ofertadas no Sistema.*
- b. Após a venda e a confirmação do pagamento pela Bolsa, não disponibilizar imediatamente o produto, por qualquer motivo, ao comprador.*
- c. Não arcar com as despesas de classificação do produto decorrentes de divergências em que for o responsável.*

Art. 49 – *Comprador e vendedor declaram estar cientes e concordam que:*

- a. Em caso de inobservância das obrigações assumidas nos termos do que dispõem o presente Regulamento, seus respectivos Anexos, bem como os demais normativos da Bolsa aplicáveis, estarão sujeitos ao pagamento de multa de 10% sobre o valor da operação e, ainda, se responsabilizarão por ônus ou despesas a que o seu inadimplemento der causa, bem como por todos os valores necessários para dar cumprimento às obrigações que lhe competirem, sem prejuízo das demais medidas judiciais e/ou extrajudiciais cabíveis.*
- b. Caso deixem de cumprir as obrigações decorrentes de suas operações, seja pela falta de pagamento, seja pela falta de entrega do produto nas condições previstas nas ofertas, no prazo previsto, serão considerados inadimplentes, tendo seu nome incluído no rol de inadimplentes da Bolsa, sujeitando-se à multa de 10% sobre o valor total da operação.*

Art. 50 – *Será considerada infração passível de punição, o desrespeito, pela Corretora, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento,*

seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática, de qualquer uma das condutas abaixo descritas.

- a. Participar de negociação sem estar devidamente constituída pelo cliente.*
- b. Retardar ou não encaminhar à Bolsa, em tempo hábil, o termo de aceite do comprador ou qualquer outro documento exigido pela Bolsa.*
- c. Divulgar no Sistema oferta de venda ou de compra em desacordo com o estabelecido por seu cliente.*

Art. 51 – *O inadimplente terá 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação da cobrança para realizar o pagamento da multa de que trata o Artigo 49.*

Parágrafo Único – *Findo o prazo de que trata o caput deste Artigo, sem pagamento, o valor devido será corrigido pela variação integral do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, sem capitalização.*

CAPÍTULO XVII DA REABILITAÇÃO DOS INFRATORES

Art. 34 – A reabilitação de infratores ocorrerá conforme disposto no Capítulo XVIII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas.

CAPÍTULO XVIII DA REABILITAÇÃO DOS INFRATORES

Art. 52 – *A reabilitação do infrator ocorrerá após cumprimento de todas as obrigações que lhe competirem nos termos que dispõem o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento da multa.*

Parágrafo Único – *O infrator será reabilitado até o 3º dia útil após o cumprimento integral das obrigações de que trata o caput deste artigo. No caso de pagamentos, o inadimplente deverá encaminhar à Bolsa cópia do recibo de depósito bancário e identificação do número da Oferta e da respectiva Nota de Negociação.*

CAPÍTULO XVIII DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 35 – Na hipótese de controvérsia, os interessados poderão recorrer ao Juízo Arbitral conforme disposto no Capítulo XIX do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas.

CAPÍTULO XIX DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 53 – *O Juízo Arbitral da Bolsa será competente para dirimir quaisquer controvérsias direta ou indiretamente relacionadas às operações realizadas nos termos do presente Regulamento.*

Parágrafo Único – *As Autorizações de Corretagem e/ou os Contratos de Intermediação assinados para a formalização das operações de que trata o presente Regulamento, deverão conter cláusula compromissória prevendo a adoção da arbitragem na hipótese de conflitos.*

CAPÍTULO XIX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 – A Bolsa poderá realizar convênios com o objetivo de fomentar negócios.

Parágrafo Único – Os convênios de que trata o caput deste Artigo deverão observar integralmente regras, condições e parâmetros previstos no Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas, neste Anexo e nos demais normativos da Bolsa.

CAPÍTULO XX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54 – *A Bolsa, na qualidade de entidade autorreguladora, poderá, a qualquer tempo, alterar as regras aplicáveis aos mercados por ela administrados.*

Art. 55 – *A participação da Bolsa restringe-se apenas no apoio técnico e operacional, não tendo, portanto, nenhuma responsabilidade perante os participantes em relação a garantias de pagamento ou de entrega do produto.*

Art. 56 – *A Bolsa poderá realizar convênios com o objetivo de fomentar negócios.*

Parágrafo Único – *Os convênios de que trata o caput deste Artigo deverão respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos no presente Regulamento, nos Anexos e demais normativos da Bolsa.*

Art. 57 – *A Bolsa poderá acompanhar toda e qualquer fase da operação.*

Art. 58 – *Os casos omissos serão esclarecidos e/ou definidos pelo Diretor Geral da Bolsa.*

Anexo II ao Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas

REGRAS ESPECIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO NA BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS

Este Anexo II define as condições para a comercialização de Feijão por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização de Produtos da Bolsa Brasileira de Mercadorias, nos termos do que dispõe o Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas.

ÍNDICE

CAPÍTULO I

**Dos Sistemas e das Modalidades de Negócios nas Operações
com Feijão iii**

CAPÍTULO II

Do Cadastramento dos Participantes iv

CAPÍTULO III

Da Representação dos Participantes v

CAPÍTULO IV

Do Lançamento e Divulgação das Ofertas vi

CAPÍTULO V

Dos Lances vii

CAPÍTULO VI

**Do Certificado de Classificação e Condições do Produto
Ofertado viii**

CAPÍTULO VII

Da Confirmação da Operação ix

CAPÍTULO VIII

Dos Custos Operacionais x

CAPÍTULO IX**Dos Preços e dos Tributos..... xi****CAPÍTULO X****Do Pagamento..... xii****CAPÍTULO XI****Da Retirada do Produto..... xiii****CAPÍTULO XII****Das Despesas de Armazenagem xiv****CAPÍTULO XIII****Da Divergência de Quantidade, Qualidade ou da Falta
do Produto..... xv****CAPÍTULO XIV****Do Cancelamento da Operação..... xvii****CAPÍTULO XV****Das Responsabilidades..... xviii****CAPÍTULO XVI****Das Infrações e Penalidades xix****CAPÍTULO XVII****Da Reabilitação de Infratores xxi****CAPÍTULO XVIII****Do Juízo Arbitral..... xxii****CAPÍTULO XIX****Das Disposições Gerais..... xxiii**

CAPÍTULO I
DOS SISTEMAS E DAS MODALIDADES DE NEGÓCIOS NAS
OPERAÇÕES COM FEIJÃO

Art. 1º – As negociações de compra e de venda de feijão podem ser realizadas através dos leilões “Viva voz”, “Cartela”, “Dinâmico” e “Por Prazo Determinado”, com pagamento antecipado a entrega do produto, através da Conta de Liquidação da Bolsa.

Art. 2º – Aplicam-se a este Regulamento somente os leilões e os registros de negócios de balcão com liquidação financeira por intermédio da Bolsa.

Art. 3º – Os negócios podem ser realizados em qualquer dia útil, das 9h às 17h horas, horário de Brasília.

CAPÍTULO II

DO CADASTRAMENTO DOS PARTICIPANTES

Art. 4º – O Cadastro e o Credenciamento dos Participantes serão realizados conforme disposto no Capítulo III do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO III

DO CADASTRAMENTO DE PARTICIPANTES

Art. 6º – *Os clientes devem ser cadastrados e credenciados por intermédio de uma Corretora.*

Art. 7º – *Para se credenciar, o interessado deverá apresentar o Termo de Autorização de Corretagem ou o Contrato de Intermediação, conforme modelos-padrão definidos pela Bolsa, devidamente assinados e com firma reconhecida em cartório.*

Art. 8º – *A Autorização de Corretagem e/ou o Contrato de Intermediação poderão conferir poderes de representação à Corretora para um ou mais negócios num determinado período.*

Art. 9º – *Somente poderão participar de negociações clientes regularmente cadastrados e credenciados nos termos do que dispõe este Regulamento, demais normativos da Bolsa e que não constem no rol de inadimplentes da Bolsa.*

CAPÍTULO III

DA REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Art. 5º – Os participantes se farão representar conforme disposto no Capítulo IV do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO IV

DA REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Art. 10 – *Os clientes compradores e vendedores deverão ser representados por Corretoras que possuem acesso aos Sistemas mediante chaves e senhas pessoais e intransferíveis.*

Art. 11 – *A Corretora, por conta e ordem do seu cliente, registrará no Sistema escolhido as características fundamentais do produto, a data, os horários de início e término da negociação, respeitando os parâmetros estabelecidos pela Bolsa.*

CAPÍTULO IV

DO LANÇAMENTO E DIVULGAÇÃO DAS OFERTAS

Art. 6º – As ofertas deverão ser lançadas no Sistema até, no máximo, as 17h horas, horário de Brasília, do dia anterior ao da realização da negociação.

Parágrafo Único – Os lotes serão oferecidos conforme ordem de registro no Sistema, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a. O horário de abertura e de fechamento da negociação.
- b. A quantidade do lote representado em sacas ou múltiplos de 60kg.
- c. A origem e o endereço completo do local de guarda ou depósito do produto ofertado.
- d. Os custos e demais condições de entrega e embarque do produto.
- e. Se o tributo INSS (ex-Funrural) será pago pelo vendedor.
- f. A forma de acondicionamento (granel ou ensacado).
- g. A safra.
- h. A peneira.
- i. O mês da colheita.
- j. A classificação, informando, impureza, umidade, odor, a variedade do feijão e a cor (definida pelo colorímetro).

Art. 7º – Somente serão aceitas ofertas de lotes com certificado de classificação emitido por empresa classificadora credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 8º – Para ser levado à negociação, o feijão deverá estar depositado em cooperativa, cerealista ou armazém geral, devidamente constituídos ou no domicílio do ofertante, quando se tratar de produtor rural ou cooperativa.

Art. 9º – Os valores dos lances serão em sacas ou múltiplos de 60 (sessenta) kg.

Art. 10 – Os preços de abertura dos lotes deverão ser informados pela Corretora do ofertante até, no máximo, 2 (duas) horas antes do início da sessão de negociação sob pena de cancelamento da oferta.

CAPÍTULO V DOS LANCES

Art. 11 – Os lances serão realizados conforme disposto no Capítulo VI do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO VI DOS LANCES

Art. 16 – *Cada participante, em um mesmo lote, poderá ser representado somente por uma Corretora.*

Art. 17 – *Os lotes ofertados deverão ter, no mínimo, 10 (dez) minutos de exposição no Sistema.*

Parágrafo Primeiro – *Não havendo registro de lances, o lote será automaticamente encerrado no tempo programado.*

Parágrafo Segundo – *A Corretora poderá ofertar novamente o lote mediante solicitação do cliente após o encerramento de todos os lotes em pregão desde que não ultrapasse o tempo previsto para o funcionamento do Sistema.*

CAPÍTULO VI

DO CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DO PRODUTO OFERTADO

Art. 12 – Por solicitação do vendedor, a empresa classificadora coletará as amostras nos armazéns e providenciará os lacres das sacas e ficará responsável pela guarda da contraprova de cada amostra coletada.

Parágrafo Único – O custo de classificação será do vendedor da mercadoria.

Art. 13 – O colorímetro deverá identificar o padrão de cor do feijão, em uma escala de cores de 1,00 a 10,00, obtida a partir de análise de uma amostra e apresentará o resultado da média das cores dos grãos.

Parágrafo Único – A cor 1,00 (um vírgula zero), menor na escala, representa um produto muito escuro e a cor 10,00 (dez vírgula zero) representa um feijão muito claro.

CAPÍTULO VII DA CONFIRMAÇÃO DA OPERAÇÃO

Art. 14 – A confirmação da operação ocorrerá conforme disposto no Capítulo VIII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO VIII CONFIRMAÇÃO DAS OPERAÇÕES

Art. 19 – *Ao término de cada negócio, o Sistema confirmará a operação por meio de um relatório de fechamento, denominado “Nota de Negociação”, contendo dados e valor do negócio realizado.*

Art. 20 – *Por solicitação do participante interessado, a Bolsa poderá emitir um “Comprovante de Operação” para apresentação a instituições financeiras para efeito de obtenção de financiamento do negócio.*

Art. 21 – *O ofertante pode exigir, no lançamento da oferta, que o comprador, tão logo seja emitida a Nota de Negociação, firme um contrato de venda e compra, com previsão que, em caso de controvérsia, esta será resolvida pelo Juízo Arbitral da Bolsa.*

CAPÍTULO VIII

DOS CUSTOS OPERACIONAIS

Art. 15 – Os custos operacionais serão definidos pela Bolsa por meio de comunicado ao mercado.

CAPÍTULO IX DOS PREÇOS E DOS TRIBUTOS

Art. 16 – O preço de abertura nas ofertas de venda do produto e o preço máximo de aceitação para as ofertas de compra serão definidos pelo ofertante, sem ICMS.

Parágrafo Único – A oferta estará sujeita ao cancelamento caso não ocorra a divulgação do preço de abertura no prazo previsto no caput deste artigo.

Art. 17 – A cotação será em R\$ (reais) por saca ou múltiplos de 60kg.

Art. 18 – As demais condições relativas aos preços e tributos estão definidas conforme disposto no Capítulo X do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO X DOS PREÇOS E TRIBUTOS

Art. 23 – *O preço de abertura nas ofertas de venda do produto e o preço máximo de aceitação para as ofertas de compra serão definidos pelos clientes sem ICMS e deverão ser divulgados com antecedência mínima, conforme definido nos Anexos específicos.*

Parágrafo Primeiro – *Sobre o preço de fechamento, poderá haver a incidência do ICMS e/ou outros tributos de responsabilidade do comprador, pautando-se na legislação tributária vigente da Unidade da Federação depositária do produto.*

Parágrafo Segundo – *Quando o fisco estadual do local de depósito exigir emissão de nota fiscal com destaque de ICMS pelo preço de pauta e este for superior ao de venda, a diferença do valor do ICMS correrá por conta do comprador.*

Art. 24 – *Caberá à Corretora do arrematante a responsabilidade pela informação da correta alíquota de ICMS em conformidade com a origem do produto e o domicílio do comprador.*

Art. 25 – *A oferta deverá definir a responsabilidade do pagamento dos tributos incidentes sobre a operação realizada.*

Art. 26 – *Os Anexos definirão condições e procedimentos específicos para divulgação e formação dos preços conforme a natureza do produto negociado.*

CAPÍTULO X DO PAGAMENTO

Art. 19 – O pagamento será realizado na data definida na oferta.

Parágrafo Único – As demais condições relativas ao pagamento estão definidas conforme disposto no Capítulo XI do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XI DO PAGAMENTO

Art. 27 – *Os pagamentos das operações de leilão ou de registros de balcão deverão ser realizados por meio de TED em favor da Bolsa com base na Nota de Negociação obedecido o prazo e as condições ali estipuladas.*

Parágrafo Único – *Caso a data para o pagamento coincida com sábado, domingo ou feriado, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.*

Art. 28 – *Excepcionalmente, a Bolsa poderá aceitar ofertas com previsão de caução de garantia ou de princípio de pagamento, hipótese em que somente ocorrerá a liberação do produto ao comprador, após a confirmação do recebimento do pagamento integral da operação.*

Art. 29 – *Os Anexos específicos definirão os prazos e condições de pagamento para cada produto negociado.*

CAPÍTULO XI DA RETIRADA DO PRODUTO

Art. 20 – O comprador deverá realizar a conferência de qualidade, quantidade e demais especificações constantes da oferta em até 4 (quatro) dias úteis após o pagamento e a disponibilidade do crédito na conta da Bolsa e, caso esteja de acordo, dar o aceite da mercadoria, comunicando à sua Corretora e apresentando o formulário “Termo de Aceite”, devidamente assinado, conforme modelo padrão definido pela Bolsa.

Art. 21 – A Corretora deverá apresentar a Bolsa o “Termo de Aceite”, devidamente assinado pelo comprador da mercadoria, atestando a conformidade do produto nas condições da oferta no mesmo prazo de que trata o Artigo 20.

Art. 22 – Após o aceite do comprador, o Sistema gerará um relatório que permitirá à Bolsa fazer o repasse do pagamento ao vendedor e a operação estará concluída.

Art. 23 – Caso o comprador não se manifeste em relação a eventual divergência ou falta do produto, decorrido o prazo de que trata o Artigo 20, o produto vendido será considerado como aceite e o pagamento será repassado ao vendedor, independentemente da apresentação do Termo de Aceite do comprador.

Art. 24 – Para receber o pagamento, o vendedor deverá emitir uma nota fiscal de venda para transferência de propriedade do produto dentro do armazém, em favor do comprador, e entregar cópia à Bolsa.

Art. 25 – A Bolsa não se responsabiliza em relação a eventual reclamação de divergência de qualidade, quantidade ou qualquer outra especificação do produto que for feita pelo comprador após o prazo de que trata o Artigo 20.

Veja o CAPÍTULO XII (Retirada do produto) do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas - Art. 30 e seguintes

CAPÍTULO XII DAS DESPESAS DE ARMAZENAGEM

Art. 26 – As despesas de armazenagem obedecerão ao disposto no Capítulo XIII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XIII DESPESAS DE ARMAZENAGEM

Art. 39 – *Na ausência de definições sobre os custos de armazenagem na oferta, correrão por conta do vendedor as despesas de armazenagem verificadas na quinzena correspondente à data do pagamento ou da emissão da nota fiscal, prevalecendo a que ocorrer por último.*

Parágrafo Único – *Após a quinzena de que trata o Artigo 39 as despesas de armazenagem correrão por conta do comprador.*

CAPÍTULO XIII

DA DIVERGÊNCIA DE QUANTIDADE, QUALIDADE OU DA FALTA DO PRODUTO

Art. 27 – Se, na entrega do produto, for constatada qualquer divergência de quantidade, qualidade ou de outras especificações contidas na oferta, antes da retirada do armazém, é facultado ao comprador não dar o aceite e, neste caso, deverá, em até 4 (quatro) dias úteis após o pagamento, informar à Bolsa, para que esta proceda a retenção do repasse do pagamento ao vendedor.

Art. 28 – A reclamação de divergência de qualidade, quantidade ou de qualquer outra especificação do produto deverá ser feita na Central Regional de Operações da Bolsa a qual a Corretora representante do cliente estiver vinculada, podendo o comprador promover a solicitação de classificação e nova análise do produto, por meio de empresa classificadora com as despesas inerentes correndo as suas expensas.

Parágrafo Primeiro – Por ocasião da coleta de amostra para nova classificação, o comprador deverá exigir a presença do vendedor e do armazenador para aferir todas as etapas do processo e autenticar as amostras coletadas.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de ser constatada divergência, o vendedor deverá ressarcir ao comprador todas as despesas de reclassificação.

Art. 29 – Caso o novo Certificado de Classificação caracterize a divergência de qualidade do produto em relação àquela consignada na oferta, a operação poderá ser cancelada e a Bolsa procederá à devolução do pagamento ao comprador, sem quaisquer acréscimos.

Art. 30 – A Bolsa não acatará quaisquer reclamações a respeito de qualidade, quantidade ou qualquer outra especificação do produto após 4 (quatro) dias úteis do pagamento, devendo o comprador acertar com o vendedor as diferenças eventualmente existentes.

Art. 31 – Na hipótese de divergência sobre qualidade, quantidade ou qualquer outra especificação do produto, a Bolsa poderá acatar renegociação ou acerto entre as partes, aplicando, se for o caso, ágio ou deságio, conforme definição livremente pactuada entre as partes.

Art. 32 – Na hipótese de falta devidamente comprovada ou constatação de divergência do produto, será devolvido ao comprador, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, o valor correspondente à quantidade faltante ou relativo ao decréscimo do preço em virtude da divergência.

CAPÍTULO XIV

DO CANCELAMENTO DA OPERAÇÃO

Art. 33 – Serão canceladas as operações que não atenderem às condições estabelecidas no Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas, neste Anexo e na oferta.

CAPÍTULO XV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 34 – As responsabilidades serão observadas e cumpridas nos termos do que dispõe o Capítulo XVI do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XVI DAS RESPONSABILIDADES

Art. 42 – *Em nenhuma hipótese, a Bolsa será responsável pelo cumprimento das obrigações, principais ou acessórias, que incumbam às partes ou às Corretoras que as representam.*

Art. 43 – *As Corretoras são responsáveis perante seus respectivos clientes pela exatidão e regularidade das ofertas e lances registrados no Sistema, sendo vedado a estes eximirem-se de obrigações decorrentes dos registros e informações lançadas.*

Art. 44 – *Em caso de inadimplência de qualquer participante, no pagamento ou na entrega do produto fora das condições previstas, a operação poderá ser cancelada, não cabendo ao cliente reivindicar nenhuma reparação, a qualquer título, perante a Bolsa.*

Art. 45 – *São Responsabilidades do comprador:*

- a. *Respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos neste Regulamento, nos Anexos específicos e demais normativos da Bolsa.*
- b. *Respeitar os padrões de ética e conduta adotados pelo mercado.*
- c. *Tomar conhecimento das informações e cumprir integralmente as disposições constantes nos avisos de ofertas e detalhes das negociações, das quais venha a participar.*
- d. *Comprovar a sua regularidade fiscal, por meio de apresentação de documentação, quando exigido pela Bolsa.*
- e. *Observar a legislação tributária vigente informando, à sua corretora, a alíquota de ICMS incidente sobre a operação, conforme o seu domicílio e a origem do produto negociado.*
- f. *Realizar os pagamentos dos produtos arrematados e demais encargos pontualmente por meio de depósito na conta corrente da Bolsa.*
- g. *Emitir e enviar ao vendedor a nota fiscal de entrada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da mercadoria.*
- h. *Efetuar o pagamento da comissão e demais custos operacionais, no percentual definido pela Bolsa, sobre o valor do negócio realizado.*

Art. 46 – *São Responsabilidades do vendedor:*

- a. *Respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos neste Regulamento, nos Anexos específicos e demais normativos da Bolsa.*
- b. *Respeitar os padrões de ética e conduta adotados pelo mercado.*
- c. *Respeitar fielmente as condições de qualidade, quantidade e demais especificações quando da efetiva entrega do produto negociado ao comprador.*
- d. *Realizar pontualmente a entrega e/ou a transmissão de propriedade do produto ao comprador, imediatamente após a informação do pagamento, pela Bolsa, nas condições previstas nas ofertas de venda.*
- e. *Tomar conhecimento das informações e cumprir integralmente as disposições constantes nos avisos de ofertas e detalhes das negociações, das quais venha a participar.*
- f. *Comprovar a sua regularidade fiscal, por meio da apresentação da documentação, quando exigido pela Bolsa.*
- g. *Observar a legislação tributária vigente informando a alíquota de ICMS incidente sobre a operação, conforme o seu domicílio.*

CAPÍTULO XVI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 35 – As infrações e penalidades serão tratadas nos termos do que dispõe o Capítulo XVII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XVII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 47 – *Será considerado infração, passível de punição, o desrespeito, pelo comprador, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas.*

- a. *Não efetuar o pagamento tempestivo do produto adquirido, por meio de depósito via TED, na conta corrente da Bolsa.*
- b. *Não fornecer ao vendedor a nota fiscal de entrada da mercadoria, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a retirada ou o recebimento do produto.*
- c. *Não arcar com as despesas de classificação do produto decorrentes de divergências em que for o responsável.*

Art. 48 – *Será considerada infração, passível de punição, o desrespeito, pelo vendedor, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas.*

- a. *Após a venda, colocar à disposição do comprador produto em condições diversas àquelas ofertadas no Sistema.*
- b. *Após a venda e a confirmação do pagamento pela Bolsa, não disponibilizar imediatamente o produto, por qualquer motivo, ao comprador.*
- c. *Não arcar com as despesas de classificação do produto decorrentes de divergências em que for o responsável.*

Art. 49 – *Comprador e vendedor declaram estar cientes e concordam que:*

- a. *Em caso de inobservância das obrigações assumidas nos termos do que dispõem o presente Regulamento, seus respectivos Anexos, bem como os demais normativos da Bolsa aplicáveis, estarão sujeitos ao pagamento de multa de 10% sobre o valor da operação e, ainda, se responsabilizarão por ônus ou despesas a que o seu inadimplemento der causa, bem como por todos os valores necessários para dar cumprimento às obrigações que lhe competirem, sem prejuízo das demais medidas judiciais e/ou extrajudiciais cabíveis.*
- b. *Caso deixem de cumprir as obrigações decorrentes de suas operações, seja pela falta de pagamento, seja pela falta de entrega do produto nas condições previstas nas ofertas, no prazo previsto, serão considerados inadimplentes, tendo seu nome incluído no rol de inadimplentes da Bolsa, sujeitando-se à multa de 10% sobre o valor total da operação.*

Art. 50 – *Será considerada infração passível de punição, o desrespeito, pela Corretora, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática, de qualquer uma das condutas abaixo descritas.*

- a. Participar de negociação sem estar devidamente constituída pelo cliente.*
- b. Retardar ou não encaminhar à Bolsa, em tempo hábil, o termo de aceite do comprador ou qualquer outro documento exigido pela Bolsa.*
- c. Divulgar no Sistema oferta de venda ou de compra em desacordo com o estabelecido por seu cliente.*

Art. 51 – *O inadimplente terá 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação da cobrança para realizar o pagamento da multa de que trata o Artigo 49.*

Parágrafo Único – *Findo o prazo de que trata o caput deste Artigo, sem pagamento, o valor devido será corrigido pela variação integral do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, sem capitalização.*

CAPÍTULO XVII DA REABILITAÇÃO DOS INFRATORES

Art. 36 – A reabilitação de infratores ocorrerá conforme disposto no Capítulo XVIII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas.

CAPÍTULO XVIII DA REABILITAÇÃO DOS INFRATORES

Art. 52 – *A reabilitação do infrator ocorrerá após cumprimento de todas as obrigações que lhe competirem nos termos que dispõem o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento da multa.*

Parágrafo Único – *O infrator será reabilitado até o 3º dia útil após o cumprimento integral das obrigações de que trata o caput deste artigo. No caso de pagamentos, o inadimplente deverá encaminhar à Bolsa cópia do recibo de depósito bancário e identificação do número da Oferta e da respectiva Nota de Negociação.*

CAPÍTULO XVIII DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 37 – Na hipótese de controvérsia, os interessados poderão recorrer ao Juízo Arbitral conforme disposto no Capítulo XIX do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas.

CAPÍTULO XIX DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 53 – *O Juízo Arbitral da Bolsa será competente para dirimir quaisquer controvérsias direta ou indiretamente relacionadas às operações realizadas nos termos do presente Regulamento.*

Parágrafo Único – *As Autorizações de Corretagem e/ou os Contratos de Intermediação assinados para a formalização das operações de que trata o presente Regulamento, deverão conter cláusula compromissória prevendo a adoção da arbitragem na hipótese de conflitos.*

CAPÍTULO XIX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 – A Bolsa poderá realizar convênios com o objetivo de fomentar negócios.

Parágrafo Único – Os convênios de que trata o caput deste artigo deverão observar integralmente regras, condições e parâmetros previstos no Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas, neste Anexo e demais normativos da Bolsa.

CAPÍTULO XX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54 – *A Bolsa, na qualidade de entidade autorreguladora, poderá, a qualquer tempo, alterar as regras aplicáveis aos mercados por ela administrados.*

Art. 55 – *A participação da Bolsa restringe-se apenas no apoio técnico e operacional, não tendo, portanto, nenhuma responsabilidade perante os participantes em relação a garantias de pagamento ou de entrega do produto.*

Art. 56 – *A Bolsa poderá realizar convênios com o objetivo de fomentar negócios.*

Parágrafo Único – *Os convênios de que trata o caput deste Artigo deverão respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos no presente Regulamento, nos Anexos e demais normativos da Bolsa.*

Art. 57 – *A Bolsa poderá acompanhar toda e qualquer fase da operação.*

Art. 58 – *Os casos omissos serão esclarecidos e/ou definidos pelo Diretor Geral da Bolsa.*

Anexo III ao Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas**REGRAS ESPECIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE ARROZ NA
BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS**

Este Anexo III define as condições para a comercialização de Arroz por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização de Produtos da Bolsa Brasileira de Mercadorias nos termos do que dispõe o Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas.

ÍNDICE**CAPÍTULO I****Dos Sistemas e das Modalidades de Negócios nas Operações****Com Arroz..... iii****CAPÍTULO II****Do Cadastramento dos Participantes iv****CAPÍTULO III****Da Representação dos Participantes v****CAPÍTULO IV****Do Lançamento e Divulgação das Ofertas vi****CAPÍTULO V****Dos Lances..... vii****CAPÍTULO VI****Do Certificado de Classificação e Condições do Produto Ofertado viii****CAPÍTULO VII****Da Confirmação das Operações..... ix****CAPÍTULO VIII****Dos Custos Operacionais x****CAPÍTULO IX****Dos Preços e Tributos xi**

CAPÍTULO X

Do Pagamento	xii
---------------------------	------------

CAPÍTULO XI

Da Retirada do Produto.....	xiii
------------------------------------	-------------

CAPÍTULO XII

Das Despesas de Armazenagem	xiv
--	------------

CAPÍTULO XIII

Da Divergência de Quantidade, Qualidade ou da Falta do Produto.....	xv
--	-----------

CAPÍTULO XIV

Do Cancelamento da Operação.....	xvii
---	-------------

CAPÍTULO XV

Das Responsabilidades	xviii
------------------------------------	--------------

CAPÍTULO XVI

Das Infrações e Penalidades	xix
--	------------

CAPÍTULO XVII

Da Reabilitação dos Infratores	xx
---	-----------

CAPÍTULO XVIII

Do Juízo Arbitral.....	xxi
-------------------------------	------------

CAPÍTULO XIX

Das Disposições Gerais.....	xxii
------------------------------------	-------------

CAPÍTULO I
DOS SISTEMAS E DAS MODALIDADES DE NEGÓCIOS NAS
OPERAÇÕES COM ARROZ

Art. 1º – As negociações de compra e de venda podem ser realizadas através dos leilões “Viva Voz”, “Cartela”, “Dinâmico” e “Por Prazo Determinado” com pagamento antecipado à entrega do produto, através da Conta de liquidação da Bolsa.

Art. 2º – Aplicam-se a este Regulamento somente os leilões e registros de negócios de balcão com liquidação financeira por intermédio da Bolsa.

Art. 3º – Os negócios podem ser realizados nas segundas, quartas e quintas-feiras, das 9h às 17h, horário de Brasília.

CAPÍTULO II

DO CADASTRAMENTO DOS PARTICIPANTES

Art. 4º – O cadastramento e o credenciamento dos participantes serão realizados conforme disposto no Capítulo III do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO III

DO CADASTRAMENTO DE PARTICIPANTES

Art. 6º – *Os clientes devem ser cadastrados e credenciados por intermédio de uma Corretora.*

Art. 7º – *Para se credenciar, o interessado deverá apresentar o Termo de Autorização de Corretagem ou o Contrato de Intermediação, conforme modelos-padrão definidos pela Bolsa, devidamente assinados e com firma reconhecida em cartório.*

Art. 8º – *A Autorização de Corretagem e/ou o Contrato de Intermediação poderão conferir poderes de representação à Corretora para um ou mais negócios num determinado período.*

Art. 9º – *Somente poderão participar de negociações clientes regularmente cadastrados e credenciados nos termos do que dispõe este Regulamento, demais normativos da Bolsa e que não constem no rol de inadimplentes da Bolsa.*

CAPÍTULO III

DA REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Art. 5º – Os participantes se farão representar conforme disposto no Capítulo IV do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO IV

DA REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Art. 10 – *Os clientes compradores e vendedores deverão ser representados por Corretoras que possuem acesso aos Sistemas mediante chaves e senhas pessoais e intransferíveis.*

Art. 11 – *A Corretora, por conta e ordem do seu cliente, registrará no Sistema escolhido as características fundamentais do produto, a data, os horários de início e término da negociação, respeitando os parâmetros estabelecidos pela Bolsa.*

CAPÍTULO IV

DO LANÇAMENTO E DIVULGAÇÃO DAS OFERTAS

Art. 6º – As ofertas deverão ser lançadas no Sistema até, no máximo, as 17h horas, horário de Brasília, do dia anterior ao da realização da negociação.

Parágrafo Único – Os lotes serão oferecidos conforme ordem de registro no Sistema, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a. O horário de abertura e de fechamento da negociação.
- b. Quantidade do lote de arroz representado em sacas ou múltiplos de 50kg, para arroz longo fino e em sacas ou múltiplos de 60kg para outras variedades.
- c. A origem e o endereço completo do local de guarda ou depósito do produto ofertado.
- d. Os custos e demais condições de entrega e embarque do produto.
- e. Se o tributo INSS (ex-Funrural) será pago pelo vendedor.
- f. A forma de acondicionamento (granel ou ensacado).
- g. A safra
- h. A classificação, informando, no mínimo, o percentual de impurezas, insetos, umidade e a variedade.

Art. 7º – Somente serão aceitas ofertas de lotes com certificado de classificação emitido por empresa classificadora credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 8º – Para ser levado à negociação, o produto deverá estar depositado em armazém geral, devidamente constituído ou no domicílio do ofertante, quando se tratar de produtor rural, cooperativa ou cerealista.

Art. 9º – Os valores dos lances serão em sacas ou múltiplos de 50 (cinquenta) kg para arroz longo fino e em 60 (sessenta) kg para demais variedades.

Art. 10 – Os preços de abertura dos lotes deverão ser informados pela Corretora do ofertante até, no máximo, as 17h, horário de Brasília, do dia útil anterior ao do início da sessão de negociação, sob pena de cancelamento da oferta.

CAPÍTULO V DOS LANCES

Art. 11 – Os lances serão realizados conforme disposto no Capítulo VI do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO VI DOS LANCES

Art. 16 – *Cada participante, em um mesmo lote, poderá ser representado somente por uma Corretora.*

Art. 17 – *Os lotes ofertados deverão ter, no mínimo, 10 (dez) minutos de exposição no Sistema.*

Parágrafo Primeiro – *Não havendo registro de lances, o lote será automaticamente encerrado no tempo programado.*

Parágrafo Segundo – *A Corretora poderá ofertar novamente o lote mediante solicitação do cliente após o encerramento de todos os lotes em pregão desde que não ultrapasse o tempo previsto para o funcionamento do Sistema.*

CAPÍTULO VI
DO CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DO
PRODUTO OFERTADO

Art. 12 – Por solicitação do vendedor, a empresa classificadora coletará as amostras nos armazéns ou do local em que o produto estiver armazenado e ficará responsável pela guarda da contraprova de cada amostra coletada.

Parágrafo Único – O custo de classificação será do vendedor da mercadoria.

CAPÍTULO VII DA CONFIRMAÇÃO DA OPERAÇÃO

Art. 13 – A confirmação da operação ocorrerá conforme disposto no Capítulo VIII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO VIII CONFIRMAÇÃO DAS OPERAÇÕES

Art. 19 – *Ao término de cada negócio, o Sistema confirmará a operação por meio de um relatório de fechamento, denominado “Nota de Negociação”, contendo dados e valor do negócio realizado.*

Art. 20 – *Por solicitação do participante interessado, a Bolsa poderá emitir um “Comprovante de Operação” para apresentação a instituições financeiras para efeito de obtenção de financiamento do negócio.*

Art. 21 – *O ofertante pode exigir, no lançamento da oferta, que o comprador, tão logo seja emitida a Nota de Negociação, firme um contrato de venda e compra, com previsão que, em caso de controvérsia, esta será resolvida pelo Juízo Arbitral da Bolsa.*

CAPÍTULO VIII

DOS CUSTOS OPERACIONAIS

Art. 14 – Os custos operacionais serão definidos pela Bolsa por meio de comunicado ao mercado.

CAPÍTULO IX DOS PREÇOS E DOS TRIBUTOS

Art. 15 – O preço de abertura nas ofertas de venda do produto e o preço máximo de aceitação para as ofertas de compra serão definidos pelos ofertantes sem ICMS.

Parágrafo Único – A oferta estará sujeita ao cancelamento, caso não ocorra a divulgação do preço de abertura no prazo previsto no Artigo 10.

Art. 16 – As demais condições relativas aos preços e tributos estão definidas conforme disposto no Capítulo X do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO X DOS PREÇOS E TRIBUTOS

Art. 23 – *O preço de abertura nas ofertas de venda do produto e o preço máximo de aceitação para as ofertas de compra serão definidos pelos clientes sem ICMS e deverão ser divulgados com antecedência mínima, conforme definido nos Anexos específicos.*

Parágrafo Primeiro – *Sobre o preço de fechamento, poderá haver a incidência do ICMS e/ou outros tributos de responsabilidade do comprador, pautando-se na legislação tributária vigente da Unidade da Federação depositária do produto.*

Parágrafo Segundo – *Quando o fisco estadual do local de depósito exigir emissão de nota fiscal com destaque de ICMS pelo preço de pauta e este for superior ao de venda, a diferença do valor do ICMS correrá por conta do comprador.*

Art. 24 – *Caberá à Corretora do arrematante a responsabilidade pela informação da correta alíquota de ICMS em conformidade com a origem do produto e o domicílio do comprador.*

Art. 25 – *A oferta deverá definir a responsabilidade do pagamento dos tributos incidentes sobre a operação realizada.*

Art. 26 – *Os Anexos definirão condições e procedimentos específicos para divulgação e formação dos preços conforme a natureza do produto negociado.*

CAPÍTULO X DO PAGAMENTO

Art. 17 – O pagamento será realizado na data definida na oferta.

Parágrafo Único – As demais condições relativas ao pagamento estão definidas conforme disposto no Capítulo XI do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XI DO PAGAMENTO

Art. 27 – *Os pagamentos das operações de leilão ou de registros de balcão deverão ser realizados por meio de TED em favor da Bolsa com base na Nota de Negociação obedecido o prazo e as condições ali estipuladas.*

Parágrafo Único – *Caso a data para o pagamento coincida com sábado, domingo ou feriado, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.*

Art. 28 – *Excepcionalmente, a Bolsa poderá aceitar ofertas com previsão de caução de garantia ou de princípio de pagamento, hipótese em que somente ocorrerá a liberação do produto ao comprador, após a confirmação do recebimento do pagamento integral da operação.*

Art. 29 – *Os Anexos específicos definirão os prazos e condições de pagamento para cada produto negociado.*

CAPÍTULO XI DA RETIRADA DO PRODUTO

Art. 18 – O Comprador deverá realizar a conferência de qualidade, quantidade e demais especificações constantes na oferta até 4 (quatro) dias úteis após o pagamento e a disponibilidade do crédito na conta da Bolsa e, caso esteja de acordo, dar o aceite da mercadoria, comunicando a sua Corretora e apresentando o formulário “Termo de Aceite”, devidamente assinado, conforme modelo-padrão definido pela Bolsa.

Art. 19 – A Corretora deverá apresentar à Bolsa o “Termo de Aceite”, devidamente assinado pelo comprador da mercadoria, atestando a conformidade do produto nas condições da oferta no mesmo prazo de que trata o Artigo 18.

Art. 20 – Após o aceite do comprador, o Sistema gerará um relatório que permitirá à Bolsa fazer o repasse do pagamento ao vendedor e a operação estará concluída.

Art. 21 – Caso o comprador não se manifeste em relação a eventual divergência ou falta do produto, decorrido o prazo de que trata o Artigo 18, o produto vendido será considerado como aceite e o pagamento será repassado ao vendedor, independentemente da apresentação do Termo de Aceite do comprador.

Art. 22 – Para receber o pagamento, o vendedor deverá emitir uma nota fiscal de venda para transferência do produto dentro do armazém, em favor do comprador, e entregar cópia à Bolsa.

Art. 23 – A Bolsa não se responsabiliza em relação à eventual reclamação de divergência relativa a quantidade, qualidade ou qualquer outra especificação do produto que for feita pelo comprador após o prazo de que trata o Artigo 18.

Veja o CAPÍTULO XII (Retirada do produto) do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas - Art. 30 e seguintes

CAPÍTULO XII DAS DESPESAS DE ARMAZENAGEM

Art. 24 – As despesas de armazenagem obedecerão ao disposto no Capítulo XIII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XIII DESPESAS DE ARMAZENAGEM

Art. 39 – *Na ausência de definições sobre os custos de armazenagem na oferta, correrão por conta do vendedor as despesas de armazenagem verificadas na quinzena correspondente à data do pagamento ou da emissão da nota fiscal, prevalecendo a que ocorrer por último.*

Parágrafo Único – *Após a quinzena de que trata o Artigo 39 as despesas de armazenagem correrão por conta do comprador.*

CAPÍTULO XIII

DA DIVERGÊNCIA DE QUANTIDADE, QUALIDADE OU DA FALTA DO PRODUTO

Art. 25 – Se, na entrega do produto, for constatada qualquer divergência de quantidade, qualidade ou de outras especificações contidas na oferta, antes da retirada do armazém, é facultado ao comprador não dar o aceite e, neste caso, deverá em até 4 (quatro) dias úteis após o pagamento informar à Bolsa, para que esta proceda a retenção do repasse do pagamento ao vendedor.

Art. 26 – A reclamação de divergência de qualidade, quantidade ou de qualquer outra especificação do produto deverá ser feita na Central Regional de Operações da Bolsa, a qual a Corretora representante do cliente estiver vinculada podendo o comprador promover a solicitação de classificação e nova análise do produto, por meio de empresa classificadora com as despesas inerentes correndo as suas expensas.

Parágrafo Primeiro – Por ocasião da coleta de amostra para nova classificação, o comprador deverá exigir a presença do vendedor e do armazenador para aferir todas as etapas do processo e autenticar as amostras coletadas.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de ser constatada a divergência, o vendedor deverá ressarcir ao comprador todas as despesas de reclassificação.

Art. 27 – Caso o novo Certificado de Classificação caracterize a divergência de qualidade do produto em relação àquela consignada na oferta, a operação poderá ser cancelada e a Bolsa procederá à devolução do pagamento ao comprador, sem quaisquer acréscimos.

Art. 28 – A Bolsa não acatará quaisquer reclamações a respeito da qualidade, quantidade ou qualquer outra especificação do produto após 4 (quatro) dias úteis do pagamento total, devendo o comprador acertar com o vendedor as diferenças eventualmente existentes.

Art. 29 – Na hipótese de divergência sobre a qualidade, quantidade ou qualquer outra especificação do produto, a Bolsa poderá acatar renegociação ou acerto entre as partes, aplicando, se for o caso, ágio ou deságio, conforme definição livremente pactuada entre as partes.

Art. 30 – Na hipótese de falta, devidamente comprovada, ou constatação de divergência do produto, será devolvido ao comprador, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, o valor correspondente à quantidade faltante ou relativo ao decréscimo do preço em virtude da divergência.

CAPÍTULO XIV
DO CANCELAMENTO DA OPERAÇÃO

Art. 31 – Serão canceladas as operações que não atenderem às condições estabelecidas no Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas, neste Anexo e na oferta.

CAPÍTULO XV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 32 – As responsabilidades serão observadas e cumpridas nos termos do que dispõe o Capítulo XVI do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XVI DAS RESPONSABILIDADES

Art. 42 – *Em nenhuma hipótese, a Bolsa será responsável pelo cumprimento das obrigações, principais ou acessórias, que incumbam às partes ou às Corretoras que as representam.*

Art. 43 – *As Corretoras são responsáveis perante seus respectivos clientes pela exatidão e regularidade das ofertas e lances registrados no Sistema, sendo vedado a estes eximirem-se de obrigações decorrentes dos registros e informações lançadas.*

Art. 44 – *Em caso de inadimplência de qualquer participante, no pagamento ou na entrega do produto fora das condições previstas, a operação poderá ser cancelada, não cabendo ao cliente reivindicar nenhuma reparação, a qualquer título, perante a Bolsa.*

Art. 45 – *São Responsabilidades do comprador:*

- a. Respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos neste Regulamento, nos Anexos específicos e demais normativos da Bolsa.*
- b. Respeitar os padrões de ética e conduta adotados pelo mercado.*
- c. Tomar conhecimento das informações e cumprir integralmente as disposições constantes nos avisos de ofertas e detalhes das negociações, das quais venha a participar.*
- d. Comprovar a sua regularidade fiscal, por meio de apresentação de documentação, quando exigido pela Bolsa.*
- e. Observar a legislação tributária vigente informando, à sua corretora, a alíquota de ICMS incidente sobre a operação, conforme o seu domicílio e a origem do produto negociado.*
- f. Realizar os pagamentos dos produtos arrematados e demais encargos pontualmente por meio de depósito na conta corrente da Bolsa.*
- g. Emitir e enviar ao vendedor a nota fiscal de entrada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da mercadoria.*
- h. Efetuar o pagamento da comissão e demais custos operacionais, no percentual definido pela Bolsa, sobre o valor do negócio realizado.*

Art. 46 – *São Responsabilidades do vendedor:*

- a. Respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos neste Regulamento, nos Anexos específicos e demais normativos da Bolsa.*
- b. Respeitar os padrões de ética e conduta adotados pelo mercado.*
- c. Respeitar fielmente as condições de qualidade, quantidade e demais especificações quando da efetiva entrega do produto negociado ao comprador.*
- d. Realizar pontualmente a entrega e/ou a transmissão de propriedade do produto ao comprador, imediatamente após a informação do pagamento, pela Bolsa, nas condições previstas nas ofertas de venda.*
- e. Tomar conhecimento das informações e cumprir integralmente as disposições constantes nos avisos de ofertas e detalhes das negociações, das quais venha a participar.*
- f. Comprovar a sua regularidade fiscal, por meio da apresentação da documentação, quando exigido pela Bolsa.*
- g. Observar a legislação tributária vigente informando a alíquota de ICMS incidente sobre a operação, conforme o seu domicílio.*

CAPÍTULO XVI

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 33 – As infrações e penalidades serão tratadas nos termos do que dispõe o Capítulo XVII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas.

CAPÍTULO XVII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 47 – *Será considerado infração, passível de punição, o desrespeito, pelo comprador, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas.*

- a. *Não efetuar o pagamento tempestivo do produto adquirido, por meio de depósito via TED, na conta corrente da Bolsa.*
- b. *Não fornecer ao vendedor a nota fiscal de entrada da mercadoria, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a retirada ou o recebimento do produto.*
- c. *Não arcar com as despesas de classificação do produto decorrentes de divergências em que for o responsável.*

Art. 48 – *Será considerada infração, passível de punição, o desrespeito, pelo vendedor, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas.*

- a. *Após a venda, colocar à disposição do comprador produto em condições diversas àquelas ofertadas no Sistema.*
- b. *Após a venda e a confirmação do pagamento pela Bolsa, não disponibilizar imediatamente o produto, por qualquer motivo, ao comprador.*
- c. *Não arcar com as despesas de classificação do produto decorrentes de divergências em que for o responsável.*

Art. 49 – *Comprador e vendedor declaram estar cientes e concordam que:*

- a. *Em caso de inobservância das obrigações assumidas nos termos do que dispõem o presente Regulamento, seus respectivos Anexos, bem como os demais normativos da Bolsa aplicáveis, estarão sujeitos ao pagamento de multa de 10% sobre o valor da operação e, ainda, se responsabilizarão por ônus ou despesas a que o seu inadimplemento der causa, bem como por todos os valores necessários para dar cumprimento às obrigações que lhe competirem, sem prejuízo das demais medidas judiciais e/ou extrajudiciais cabíveis.*
- b. *Caso deixem de cumprir as obrigações decorrentes de suas operações, seja pela falta de pagamento, seja pela falta de entrega do produto nas condições previstas nas ofertas, no prazo previsto, serão considerados inadimplentes, tendo seu nome incluído no rol de inadimplentes da Bolsa, sujeitando-se à multa de 10% sobre o valor total da operação.*

Art. 50 – *Será considerada infração passível de punição, o desrespeito, pela Corretora, de quaisquer regras ou condições de que trata o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, em especial, a prática, de qualquer uma das condutas abaixo descritas.*

- a. Participar de negociação sem estar devidamente constituída pelo cliente.*
- b. Retardar ou não encaminhar à Bolsa, em tempo hábil, o termo de aceite do comprador ou qualquer outro documento exigido pela Bolsa.*
- c. Divulgar no Sistema oferta de venda ou de compra em desacordo com o estabelecido por seu cliente.*

Art. 51 – *O inadimplente terá 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação da cobrança para realizar o pagamento da multa de que trata o Artigo 49.*

Parágrafo Único – *Findo o prazo de que trata o caput deste Artigo, sem pagamento, o valor devido será corrigido pela variação integral do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, sem capitalização.*

CAPÍTULO XVII DA REABILITAÇÃO DOS INFRATORES

Art. 34 – A reabilitação de infratores ocorrerá conforme disposto no Capítulo XVIII do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XVIII DA REABILITAÇÃO DOS INFRATORES

Art. 52 – *A reabilitação do infrator ocorrerá após cumprimento de todas as obrigações que lhe competirem nos termos que dispõem o presente Regulamento, seus Anexos e demais normativos da Bolsa, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento da multa.*

Parágrafo Único – *O infrator será reabilitado até o 3º dia útil após o cumprimento integral das obrigações de que trata o caput deste artigo. No caso de pagamentos, o inadimplente deverá encaminhar à Bolsa cópia do recibo de depósito bancário e identificação do número da Oferta e da respectiva Nota de Negociação.*

CAPÍTULO XVIII DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 35 – Na hipótese de controvérsia, os interessados poderão recorrer ao Juízo Arbitral conforme disposto no Capítulo XIX do Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas:

CAPÍTULO XIX DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 53 – *O Juízo Arbitral da Bolsa será competente para dirimir quaisquer controvérsias direta ou indiretamente relacionadas às operações realizadas nos termos do presente Regulamento.*

Parágrafo Único – *As Autorizações de Corretagem e/ou os Contratos de Intermediação assinados para a formalização das operações de que trata o presente Regulamento, deverão conter cláusula compromissória prevendo a adoção da arbitragem na hipótese de conflitos.*

CAPÍTULO XIX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 – A Bolsa poderá realizar convênios com o objetivo de fomentar negócios.

Parágrafo Único – Os convênios de que trata o caput deste artigo deverão observar integralmente regras, condições e parâmetros previstos no Regulamento de Comercialização de Produtos Agrícolas, neste Anexo e demais normativos da Bolsa:

CAPÍTULO XX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54 – *A Bolsa, na qualidade de entidade autorreguladora, poderá, a qualquer tempo, alterar as regras aplicáveis aos mercados por ela administrados.*

Art. 55 – *A participação da Bolsa restringe-se apenas no apoio técnico e operacional, não tendo, portanto, nenhuma responsabilidade perante os participantes em relação a garantias de pagamento ou de entrega do produto.*

Art. 56 – *A Bolsa poderá realizar convênios com o objetivo de fomentar negócios.*

Parágrafo Único – *Os convênios de que trata o caput deste Artigo deverão respeitar integralmente regras, condições e parâmetros previstos no presente Regulamento, nos Anexos e demais normativos da Bolsa.*

Art. 57 – *A Bolsa poderá acompanhar toda e qualquer fase da operação.*

Art. 58 – *Os casos omissos serão esclarecidos e/ou definidos pelo Diretor Geral da Bolsa.*